



2495107

08008.001440/2012-68



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2016

Por este **TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2016**, e com fundamento no Parágrafo 4º do Artigo 40 da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 02/2008 e alterações, e Parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, em cumprimento ao que dispõe a **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO**, do **CONTRATO Nº 01/2014**, Processo nº **08008.001440/2012-68**, firmado com a empresa **CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.**, decide:

AUTORIZAR a repactuação pelo menor valor por posto dos grupos contratados, conforme exposto no item 4 - DA ANÁLISE DA REPACTUAÇÃO da Nota Técnica nº 13/2016/REPAC/CCONT/CGL/SAA/SE (2312440) anexa, passando o valor anual do Contrato nº 01/2014 de **R\$ 9.417.332,88 (nove milhões, quatrocentos e dezessete mil trezentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos)** para **R\$ 10.120.290,39 (dez milhões, cento e vinte mil duzentos e noventa reais e trinta e nove centavos)**, representando um acréscimo de **R\$ 702.957,51 (setecentos e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos)**, equivalente a 7,46% de aumento, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2016 nº DF00010/2016, registrada em 20/01/2016, com vigência no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, e data-base da categoria em 1º de janeiro, passando os cargos a terem os seguintes valores:

Tipo de serviço	Quantidade de empregados por posto	Quantidade de postos	Repactuação 2016		VALOR ANUAL
			Valor Unitário por Posto X Qtde Empregados	Valor Mensal dos Postos de Serviços	
44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, em turno de 5x2	1	16	R\$ 5.747,89	R\$ 91.966,23	R\$ 1.103.594,74
Posto de Vigilância - 12 Horas diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas - Armado	2	16	R\$ 11.900,20	R\$ 190.403,21	R\$ 2.284.838,55
Posto de Vigilância - 12 Horas diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas - Desarmado	2	14	R\$ 11.575,64	R\$ 162.058,92	R\$ 1.944.707,06
Posto de Vigilância - 12 Horas noturno, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas - Armado	2	16	R\$ 13.709,66	R\$ 219.354,56	R\$ 2.632.254,72
Posto de Vigilância - 12 Horas noturno, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas - Desarmado	2	11	R\$ 12.400,75	R\$ 136.408,24	R\$ 1.636.898,89
Supervisão - 12 Horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas - Desarmado	2	1	R\$ 14.151,79	R\$ 14.151,79	R\$ 169.821,43
Supervisão - 12 Horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas - Desarmado	2	1	R\$ 15.846,75	R\$ 15.846,75	R\$ 190.161,03
Supervisão - 44 hr diurna, segunda-feira a sexta-feira, em turnos de 5x2 - desarmado	1	2	R\$ 6.583,92	R\$ 13.167,83	R\$ 158.013,98
TOTAL		77		R\$ 843.357,53	R\$ 10.120.290,39

O faturamento da Contratada passará ao valor repactuado a partir da competência de janeiro/2016.

As despesas relativas à execução do Contrato correrão à conta da **Nota de Empenho nº 2016NE800121**, reforçada pela Nota de Empenho nº 2016NE800442.

A **CONTRATADA** deverá apresentar à Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento deste Termo, **garantia no valor de R\$ 506.014,52 (quinhentos e seis mil quatorze reais e cinquenta e dois centavos)**, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, nos termos estabelecidos na Cláusula Nona do Contrato e no art. 19, XIX, alínea a, da IN/MPOG nº 02/2008.

DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO**, Coordenador(a)-Geral de Licitação e Contratos, em 21/06/2016, às 19:28, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2495107** e o código CRC **F188BF8B**.

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.